

**NARRATIVAS E SISTEMAS TERRITORIAIS DESDE A PERSPECTIVA DA
PAISAGEM CULTURAL**

**NARRATIVAS Y SISTEMAS TERRITORIALES DESDE LA PERSPECTIVA DEL
PAISAJE CULTURAL**

Hoyuela Jayo, José Antonio (1); Barradas-Fernandes, Noemia Lucia (2)

1. TERYSOS do BRASIL, Ltda
antonio.hoyuela@gmail.com

2. Doutoranda PPGAU/UFRJ; Comissão de patrimônio Cultural/IAB RJ
noemia_barradas@yahoo.com

RESUMO

Os Sistemas Territoriais são agrupamentos homogêneos, geralmente descontínuos, de base ecológica, cultural, funcional, natural, simbólica ou mesmo visual, e que servem para coordenar elementos, ou conjuntos de elementos, alinhando sua identificação e seu ordenamento. Eles estão caracterizados pela sua unidade, seus inter-relacionamentos ou suas interdependências. Os STs são utilizados para o inventário, reconhecimento, ordenação e proteção de valores, atributos e elementos, ou conjuntos de componentes, e para a elaboração de propostas de ações coordenadas por meio de narrativas comuns. Existem basicamente dois tipos, naturais e culturais. Os naturais são compostos por elementos de interesse ambiental, ecológico ou natural. Os culturais por equipamentos, infraestruturas, paisagens singulares, complexos residenciais, produtivos ou comerciais. Os sistemas territoriais estão orientados para a gestão e valorização dos diferentes territórios culturais ou naturais, e das suas diferentes paisagens associadas, criando relações entre as suas escalas, bens componentes, grupos e lugares, ou entre os processos que os relacionam e definem. São concebidos como instrumentos orientados para um planejamento mais sustentável, a partir da ideia de narrativas, compartilhando funções, características ou processos que os identificam e os caracterizam como uma unidade. Dependendo das escalas, podem estar acima ou abaixo e incluem elementos federais, regionais, municipais e locais.

Palavras-chave: Sistemas territoriais; Patrimônio Cultural; Paisagem Cultural .

RESUMEN:

Los Sistemas Territoriales son agrupaciones homogéneas, generalmente discontinuas, de base ecológica, cultural, funcional, natural, simbólico, o incluso visual, o de otra índole, que sirven para coordinar elementos, o conjuntos de elementos relevantes. Se caracterizan por su unidad, sus interrelaciones, o sus interdependencias. Los ST sirven para el inventario, reconocimiento, ordenamiento y protección de valores, atributos y elementos, o conjuntos componentes, y para la elaboración de propuestas de acción coordinadas a través de narrativas comunes. Existen básicamente dos tipos, naturales y culturales. Los naturales están formados por elementos de interés ambiental, ecológico o natural. Los culturales por equipamientos, infraestructuras, paisajes singulares, conjuntos residenciales, productivos, comerciales, o corredores verdes, entre otros elementos. Los sistemas territoriales están orientados a la gestión y valoración de diferentes territorios culturales, o naturales, y de sus diferentes paisajes, creando relaciones entre sus escalas, bienes componentes, conjuntos y lugares, o entre los procesos que los relacionan y definen. Se conciben como instrumentos para orientados para una planificación más sostenible, basada en la idea de narrativas, compartiendo funciones, características o procesos que los identifican y caracterizan como unidad. Dependiendo de las escalas pueden ser supra o infra, y engloban elementos federales, regionales, municipales y locales

Palabras clave: Sistemas territoriales; Patrimonio cultural; Paisaje cultural.

1. CARTOGRAFANDO E MAPEANDO A PAISAGEM NO TERRITÓRIO

A caracterização da paisagem deve começar por identificar cartograficamente as diferentes áreas do território a través do seu caráter diferenciado, os chamados morfotipos, naturais e culturais. As unidades da paisagem, os seus elementos componentes, as formas, tipologias ou modelos, os morfotipos, as dinâmicas, os ecossistemas e os processos naturais e culturais que as interligam, e as narrativas, históricas, ecológicas que definem os sistemas territoriais (Hoyuela Jayo J. A., 2016 b).



Figura 1. O estudo analisa de forma separada as paisagens naturais, virginais, originais, e aquelas transformadas pelo homem de modo a entender as lógicas dos encontros e desencontros entre a vocação e o caráter da paisagem e a cidade que surge como resposta. Fonte: projeto PRODOC 4018, proposta do consultor Antonio Hoyuela.

É importante identificar esses processos evolutivos, ambientais, ecológicos, históricos, naturais, pasados, contemporâneos ou até futuros, para conseguir entender e ordenar a paisagem. Essas são as chamadas narrativas que integram os diferentes elementos e que constroem os sistemas territoriais nas suas diferentes escalas. O presente trabalho explica, no contexto do projeto PRODOC 4018, de normatização e gestão do patrimônio cultural brasileiro.

1.1. Síntese territorial baseada no paradigma da paisagem.

A caracterização inclui em suma os seguintes passos. Primeiro, identificar a situação do território, com visitas, conhecendo sua realidade, administração e gestão (planos, programas e projetos já existentes). Em segundo lugar identificaremos as diferentes unidades de paisagem sobre as quais abordar as análises partindo da ecologia (Odum H. T., y otros, 1987 (ed. brasileira da UNICAMP)), da lógica das águas expressada nas suas bacias e sub-bacias. Depois, realizaremos um estudo da evolução da paisagem e seus processos passados, presentes e futuros, desde a perspectiva natural e cultural. A partir de aí poderemos identificar os valores, atributos e características de cada peça do quebra cabeça, e construir um mapeamento a través das unidades da paisagem, dos sistemas territoriais, dos morfotipos naturais e culturais, e das áreas de interesse paisagístico (Hoyuela Jayo J. A., 2018 a).

As unidades básicas de referência que serão utilizadas para diretrizes específicas são as chamadas Unidades (e subunidades) Homogêneas de Gestão da Paisagem (UHGP). Elas constituirão a base territorial específica para o desenvolvimento das propostas das portarias ou dos planos. Os morfotipos como unidades de caráter. Os sistemas territoriais como a materialização das narrativas históricas, ecológicas e funcionais presentes nos diferentes territórios ajudam a agrupar e orientar as ações e entender os conjuntos. E as áreas de interesse paisagístico como pontos para uma acupuntura da paisagem construíram o resto do arcabouço da proposta. Nessas áreas, o conjunto de propostas visam a proteção e o desenvolvimento de grandes ações condizentes com as características essenciais desses espaços (Ab'Sáber, Os domínios de natureza no Brasil: potencialidades paisagísticas, 2003).

A paisagem que nos preocupa é entendida desde uma perspectiva holística e de síntese (De Moura Delphim, A Paisagem (texto apresentado no V Congresso Brasileiro de Paisagismo), 2010) como fixado na Convenção Europeia da Paisagem, ou na Carta da Paisagem no Brasil da ABAP, que é o define como: "uma área, como percebida pelas pessoas, cujo caráter é o resultado da ação e interação dos recursos naturais e / ou humana" (Consejo de Europa, 2000).“

A paisagem é um elemento essencial do bem-estar e da qualidade de vida, contribui para o lazer, bem como a consolidação da identidade, e participa de forma

significativa na valorização ecológica (De Las Rivas Sanz, 2006), cultural, ambiental e social (Nogué, 2007) e contribuindo a criar um ambiente favorável para a atividade econômica, especialmente como recurso turístico e de lazer.

A análise da paisagem é feita usando diversas escalas com o objetivo de adaptar a precisão e os conteúdos das análises (Mc Harg, 2000). A primeira abordagem a pode ser feita através do mapeamento dos elementos principais. Nele os elementos mais significativos ou dominantes serão localizados e mapeados. Entre eles aspectos geológicos (do contexto), hidrológicos, elementos vegetais, árvores, edificações, pedologia, edafologia, geomorfologia, patrimônio natural (De Moura Delphim, Estudo sobre o Patrimônio Natural Brasileiro dentro do IPHAN, 2004) e cultural nos diversos níveis, infraestruturas, etc... Também tentaremos entender e mapear os processos como resultado dessas interações.

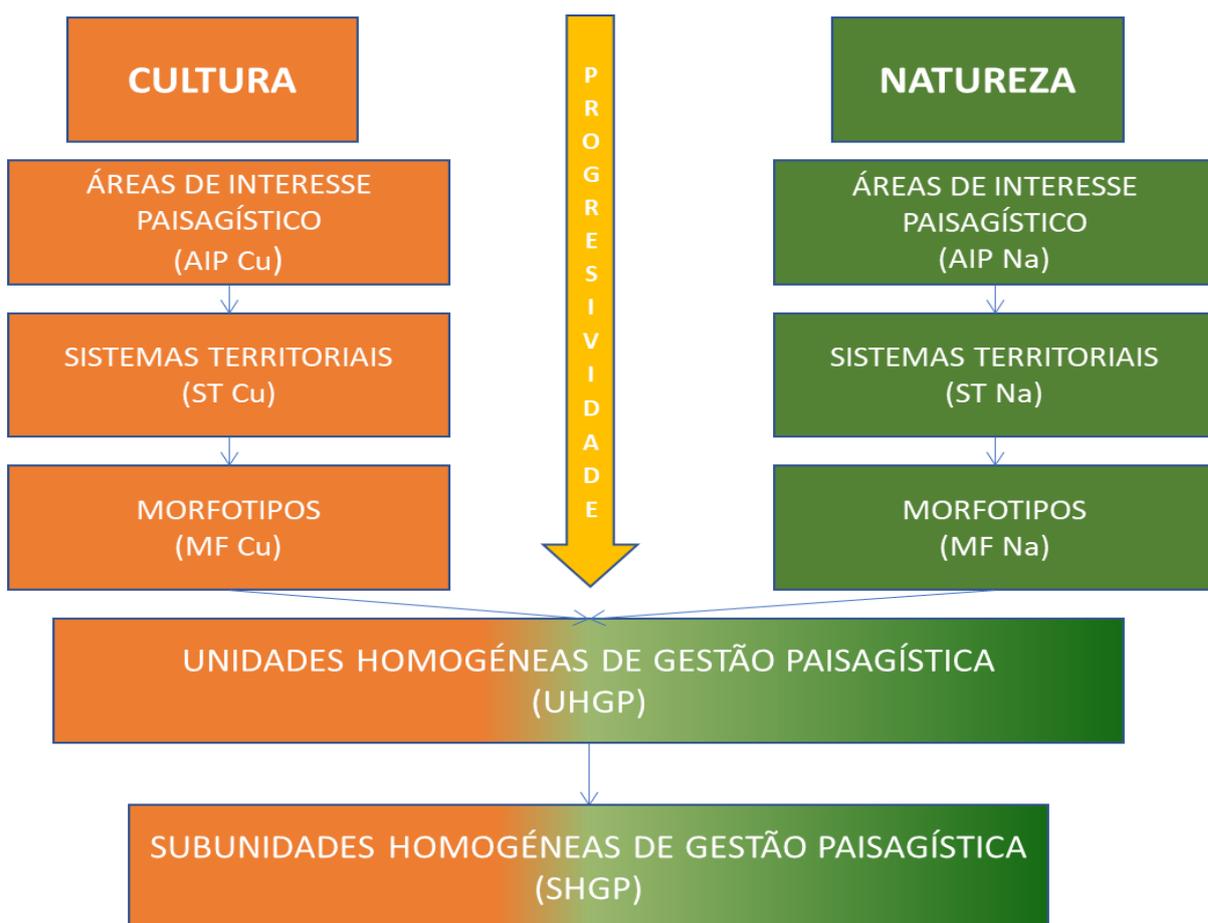


Figura 2 .- Resumo da Metodologia Proposta: áreas de interesse paisagístico (valiosas e singulares para uma acupuntura da paisagem), morfotipos culturais e naturais, sistemas naturais e culturais e unidades e subunidades da paisagem. Fonte: Antonio Hoyuela Jayo, TERYSOS do Brasil.

A análise da paisagem é usada assim para obter uma primeira visão sintética a través da cartografia da dinâmica de suas partes e componentes. No entanto, o tipo de abordagem mais útil, para descrever e avaliar a paisagem, é aquele que faz um panorama do mais concreto para o mais geral, ou seja, das partes aos conjuntos ou unidades de agregação. Primeiro são analisadas as áreas de interesse, depois os sistemas próprios, os morfotipos, e finalmente, as unidades da paisagem (e subunidades singulares dentro delas).

2. OS SISTEMAS TERRITORIAIS

Os Sistemas Territoriais são agrupamentos homogêneos geralmente descontínuos e hierárquicos de caráter ecológico, cultural, funcional, urbanístico ou de serviços, ou de visadas de marcos paisagísticos relevantes. Servem para a ordenação, proteção de valores, estruturar propostas de intervenções, e para a gestão e valorização dos diferentes conjuntos.

Os Sistemas Territoriais Patrimoniais, baseados na ideia da importância da paisagem na preservação e desenvolvimento do patrimônio cultural, e na constatação dos bens como recursos de primeira ordem, interligados, as vezes desde a sua própria criação. Como sistemas territoriais, os bens são sujeitos passivos de impactos e alterações, muitas vezes específicos e característicos dos conjuntos e sistemas, e como tais devem se analisar, proteger e ordenar, para um desenvolvimento sustentável de forma “sistemática”. Por isso definimos as suas correspondentes categorias:

ST patrimoniais quando vinculados com os valores dos bens identificados dentro da propriedade ou da área do entorno imediato da paisagem cultural.

ST complementares são aqueles que oferecem um auxílio ou reforço funcional para alguma das funções desempenhadas pelo bem (acessibilidade, energia, biodiversidade, etc...)

Aqueles que nascem a partir de uma ideia, narrativa ou função específicas de uma relação intrínseca entre espaço, tempo e tecnologia (Santos, Técnica, espacio y tiempo, 1994), e por isso possuem valores culturais e patrimoniais, são os STP (sistemas territoriais patrimoniais). Um exemplo seriam as fazendas e engenhos,

outro as fortificações, já os equipamentos, corredores verdes ou as áreas de centralidade urbana são ST de carácter complementar e vão contribuir para o reforço dos anteriores mediante a prestação de serviços complementares.

A definição dos Sistemas Territoriais Patrimoniais próprios está orientada a gestão já que entende o bem dentro de grupos que contêm características similares e que por tanto podem ser geridos e planeados de forma coerente e homogénea, em diferentes escalas, nacional, estadual, municipal ou local. Se não, eles são complementares. Essa nova visão requer mudanças de abordagem e adequações do dispositivo normativo, que integrem instrumentos de carácter paisagístico como planos de ação, novos modelos de portarias e modelos de tombamento mais claros e abrangentes. Mas também requer Cartas, Atlas, Unidades da Paisagem... e instrumentos urbanísticos orientados a uma visão mais ampla, entendendo a paisagem como envolvente cultural, para todos os bens, também como base e recurso para um desenvolvimento sustentável.

2.1. Sistemas Territoriais Culturais.

Nos encontramos com dois tipos, os patrimoniais e os complementares. Os Sistemas Territoriais Patrimoniais são grupamentos homogêneos geralmente descontínuos e hierárquicos de interesse estético, artístico, histórico, funcional ou ambiental, chamados STP, que servem para a gestão dos bens ou permitem e contribuem a sua valorização. De entre eles destacamos, no caso do Rio, as fazendas e engenhos, as fortificações, o sistema de gestão das águas (depósitos, aquedutos, canalizações, e até aterros), ou o sistema de parques (nas suas diferentes fases e etapas dos primeiros jardins públicos, românticos, modernos...) com as estufas, canteiros, coleções, pequenos monumentos, obras de arte, etc...

Os complementares, de carácter cultural e urbanístico estão formados por elementos que não existiriam sem a presença de seres humanos, mas que também contribuem a preservar, ou gerir o bem. Entre eles destacamos os STP de transporte, energia, infraestruturas de água, telecomunicações, espaços públicos (corredores verdes), e paisagens de interesse (valiosas ou singulares, para uma acupuntura da paisagem), equipamentos públicos ou similares.

Estamos diante de verdadeiros sistemas patrimoniais como os engenhos, o ecossistema da Tijuca, ou o sistema de parques e jardins do entorno da Lagoa Rodrigo de Freitas. Essas novas narrativas interpretam o patrimônio cultural como paisagem (Hoyuela Jayo J. A., Paisagem como lugar versus Planejamento Sustentável, 2014 c), pensando não só nos valores que essa nova narrativa agrega aos bens, mais também dos “ecotonos” ou espaços de conectividade novos que devemos identificar e tratar para ativar, visualizar, difundir e potenciar essas conectividades, culturais, visuais, paisagísticas ou naturais.

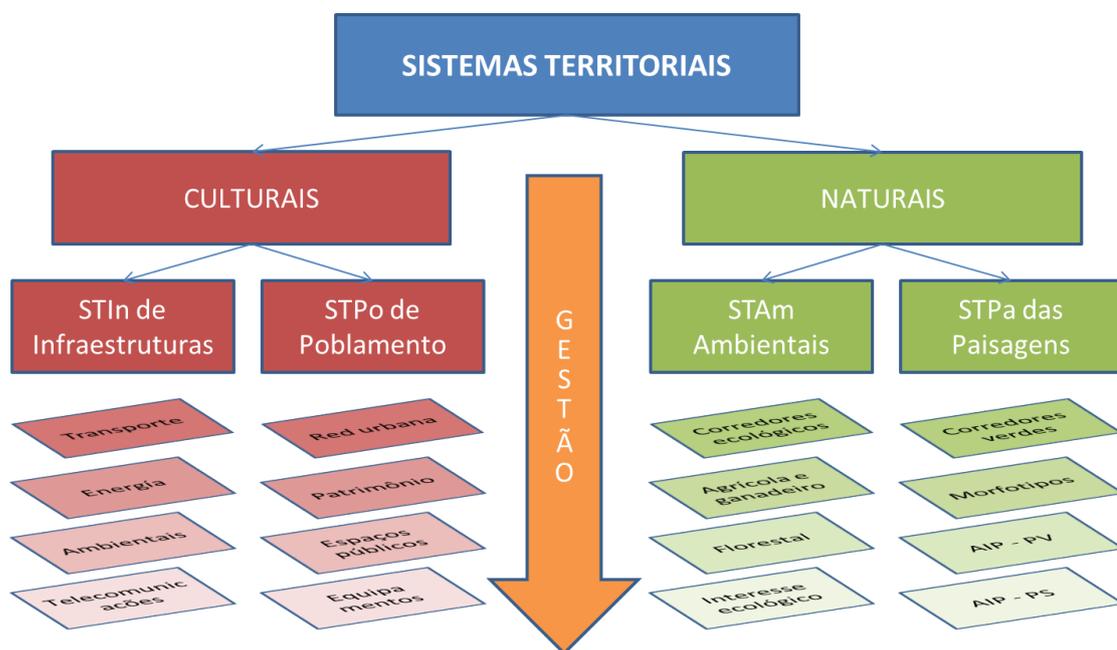


Figura 3. Os sistemas territoriais são organizados, dentro do projeto PRODOC, como patrimoniais (aqueles que acolhem valores relevantes do ponto de vista cultural ou natural) e complementares, que são aqueles que servem e apoiam a gestão futura desses sistemas territoriais básicos. Fonte: consultor Antonio Hoyuela.

2.1.1. Sistemas Territoriais do Patrimônio Cultural (ou ST Patrimoniais).

As principais narrativas patrimoniais identificadas dentro da área das portarias analisadas são a narrativa da água na paisagem a partir do sistema lagunar e do berço das águas, o maciço da Tijuca; o STP dos engenhos, chácaras e fazendas da baixada de Jacarepaguá; ou o paisagismo de excelência que inclui as obras Paisagísticas de Autoria de Roberto Burle Marx. Outros como arquitetura moderna, arquitetura eclética, arte nouveau, arte contemporânea etc. que possam ser definidos no futuro a través de novos inventários.

Os STP culturais, ou paisagísticos, estão formados por elementos que não existiriam sem a presença de seres humanos. Os estritamente culturais são os moinhos, as casas das fazendas, as infraestruturas (como o aqueduto), as estufas, as construções de interesse histórico, artístico ou etnográfico. Consideramos vários conjuntos de carácter patrimonial e cultural: engenhos e fazendas, águas, as visadas, as fortificações (Hoyuela Jayo J. A., Fortificações no Brasil Colonial. Elementos e técnicas constructivas (inédito), 2015), jardins e parques modernos, e jardins e parques históricos dos séculos XVIII e XIX.

Engenhos e fazendas

“A cidade se achava confinada dentro de limites bastante estreitos. Para além desses limites, encontravam-se umas poucas casas espalhadas, a algumas centenas de jardas ia-se ter em pleno mato ou por entre mangues. Da Glória a Botafogo havia apenas uma estreita senda de mula que o uso alargou, tornando carroçável. Da primeira vez que por ela passei a cavalo, o mato escondia completamente o mar da nossa vista e a estrada ia terminar numa praia em que não tínhamos esperanças de encontrar mais nenhuma (estrada)” (Luccock, 1975)

Constituem o Sistema Territorial Patrimonial das chácaras e fazendas e engenhos grandes casas senhoriais, fazendas, hortos, parques, jardins, senzalas, engenhos, quintais e capelas e outras construções, edificações, lugares e conjuntos de interesse relacionados com a exploração agrícola da região e a definição dessa paisagem colonial que representou o início do processo de ocupação do Sistema Lagunar de Jacarepaguá, o entorno da Lagoa ou o próprio maciço da Tijuca.

Nos trabalhos do PRODOC, definimos três subsistemas desse grupo na nossa área: engenhos de Jacarepaguá, fazendas do café do Maciço da Tijuca, ou as fazendas e engenhos do entorno da Lagoa de Rodrigo de Freitas. Mas eles se relacionam com bens ou sistemas de outras regiões. Um claro exemplo está na relação entre o engenho da Taquara, em Jacarepaguá, com o engenho da Torre, em Pernambuco, que apresentam estilo, programa, funções, e implantação no local (sistemas supra). As relações entre senzalas, casas principais, capelas e engenhos, no entorno da Lagoa Rodrigo de Freitas, não serão diferentes das que acontecem no Rio, na Bahia, em Santos e São Vicente ou em Pernambuco. Ao mesmo tempo o sistema de fazendas ou engenhos forma um conjunto homogêneo a escala de bacia, envolvendo uma grande área no entorno da Baía de Guanabara na baixada fluminense.

Por tanto, identificamos quatro grandes sistemas “infra”, dentro do Sistema Territorial Patrimonial dos engenhos e fazendas dentro da área de análise, que seriam:

O Caminho de Santa Cruz (fazenda dos jesuítas) desde o Centro, ou caminho norte que inclui a Casa-sede da Fazenda dos Baratas (no maciço da Pedra Branca), a Casa e Fazenda do Capão do Bispo, do Viegas, a fazenda do Campinho (engenho de Fora), e todo o entorno da fazenda Real de Santa Cruz e a Igreja de São Francisco Xavier do Engenho Velho.

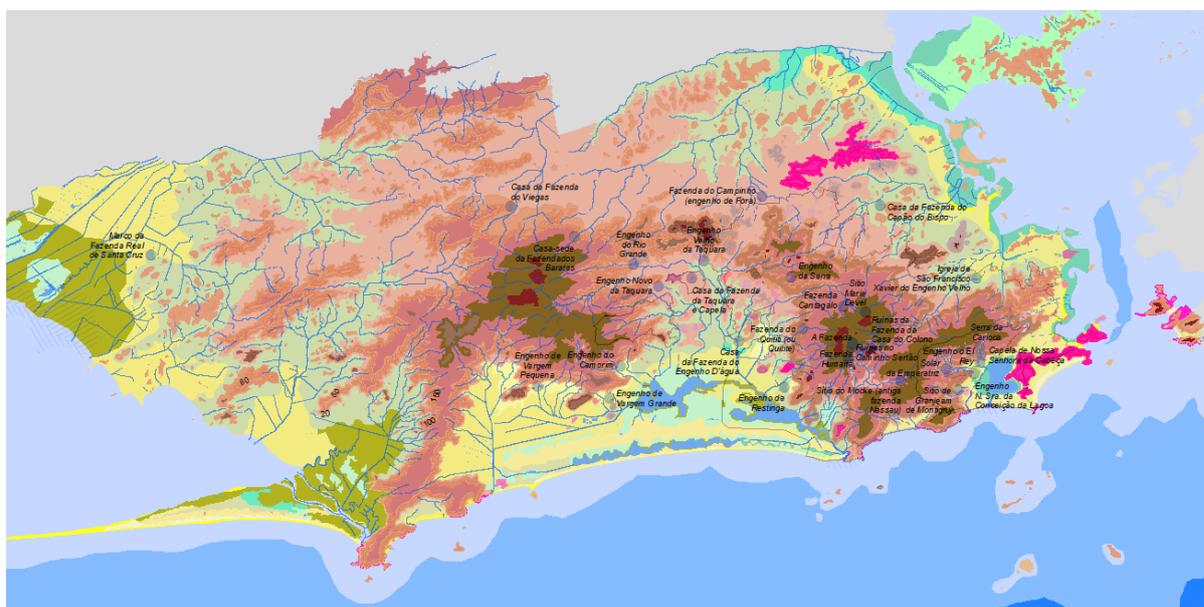


Figura 4 .- Sistemas Territoriais Patrimoniais das Fazendas e Engenhos no município de Rio de Janeiro na área do projeto PRODOC: Caminho de Santa Cruz, Baixada de Jacarepaguá, Maciço da Tijuca e Lagoa Rodrigo de Freitas.

Dentro do Sistema Territorial (infra) do Maciço da Tijuca, fazendas principalmente de café ou para gestão da própria floresta, como A Fazenda, a Serra da Carioca, a Fazenda Humaitá e a de Cantagalo, o Sítio Marie Devel, as ruínas no Caminho Sertão, e da Fazenda da Casa do Colono, o Sítio do Mocke (antiga fazenda Nassau) ou a fazenda do Almeida.

Sistema Territorial (infra) da Baixada de Jacarepaguá, formado pelos engenhos das casas das fazendas do Engenho D'água, da Taquara (com sua Capela), assim como os engenhos Velho da Taquara, de Vargem Grande, de Vargem Pequena, da Restinga, do Camorim, Novo da Taquara, da Serra, do Rio Grande e a Fazenda do Quititi (ou Quitite).

Por último, o Sistema Territorial (infra) da Lagoa Rodrigo de Freitas, formado pelos engenhos e fazendas de Nra. Sra. da Conceição da Lagoa, o Sítio de Granjeam de Montigny, a Capela de Nossa Senhora da Cabeça, os restos do Engenho d'El Rey, o Solar da Emperatriz, as Chacara das águas (Engenho da Bica?) e a Chacara de Comendador Antônio Martins Lage.

2.1.2. Sistemas culturais complementares

Já entre os Sistemas Territoriais de caráter complementar, que possuem um valor funcional, e por tanto tem um fim mais pragmático, como suporte de propostas e ações de dinamização e valorização dos bens e de seus entornos, quando não estão formados por elementos de interesse tombados em outros níveis estaduais e municipais ou pelo próprio órgão federal, temos os transportes (principalmente os corredores verdes), a estrutura urbanística e urbana, as redes (água, energia, lixo...), os equipamentos, e outros elementos que serão mais o menos significativos dependendo do próprio bem e sua localização.

Aqueles que contribuem a preservar ou gerir ou bem, tais como os STP de transporte, energia, infraestruturas de água, telecomunicações, espaços públicos (corredores verdes), paisagens de interesse (valiosas ou singulares, para uma acupuntura da paisagem), ou equipamentos públicos ou similares. Os primeiros são próprios, já os segundos são complementares

Entre eles destacam, como instrumentos para um urbanismo mais sustentável, os sistemas territoriais dos espaços públicos (corredores verdes) ou de paisagens de interesse. Esses compõem um conjunto de espaços valiosos ou singulares, que permitem pensar numa acupuntura da paisagem (Hoyuela Jayo J. A., 2015; Hoyuela Jayo & Mesquista, 2015 b).

Sistema de Corredores Verdes.

Os Corredores Verdes incluem infraestrutura de esporte, turismo e lazer, assim como as praças, dentro do entorno do bem. O objetivo é definir e completar, se for caso disso, os Corredores Verdes (Hellmund & Smith, 2006) que se estendem fora do entorno e consolidar passeios, áreas de lazer e infraestruturas verdes, de interesse turístico, em grupos e em continuidade. Os Parques serão a base desse

sistema (Bartalini, 1996). Um exemplo podem ser as rotas históricas como corredores culturais e turísticos, na paisagem (Álvarez Álvarez, 2015), mas também as ciclovias ou corredores de convivência.

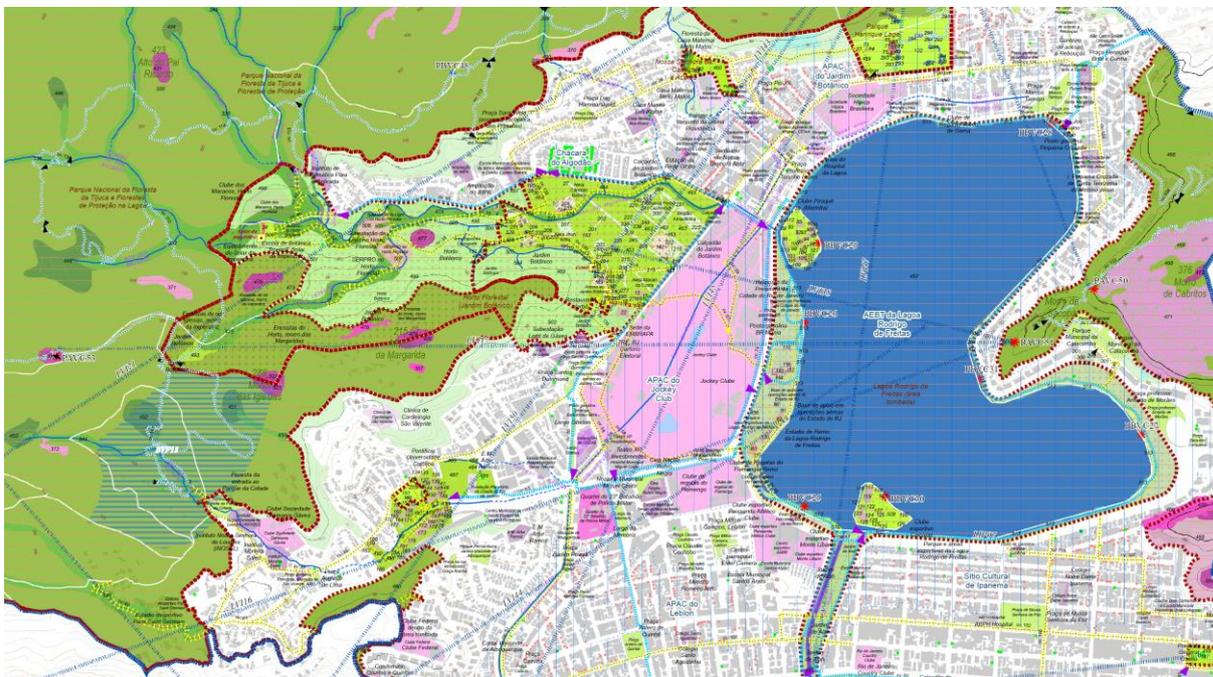


Figura 5.- Primeiros mapeamentos orientados a descrição das paisagens, elementos componentes, equipamentos e espaços livres como base para a construção dos corredores verdes. Antonio Hoyuela Jayo.

Inclui os ambientes, jardins, praças e espaços públicos que estão dispostos em ordem de sua consideração sistêmica dentro de um conjunto de referências cruzadas tem sentido como base para a construção de uma história, de uma narrativa, ou de programas ligados com esporte, saúde, cultura, contemplação, lazer, caminhadas pedestres e valorização do patrimônio que permitem conhecer melhor o espaço em favor da vida pública e da "civitas", defender e proteger seus valores, e integrar a povoação preferentemente com sistemas de mobilidade alternativos.

Formam parte por tanto a Trilha Transcarioca, as conexões com o Maciço da Tijuca, e com o Maciço da Pedra Branca, as ciclovias existentes, as pequenas trilhas dos maciços e das encostas, e outros. Serão incorporados também aqueles espaços de excelência patrimonial de interesse natural, como as unidades de conservação, ou as áreas de preservação permanente, como os morros ou os maciços, que

contribuem com serviços ecossistêmicos que ajudem para a biodiversidade e a melhora da qualidade dos ecossistemas, dos habitats e da fauna local em seu conjunto e que formam parte da Rede Ecológica, como elementos complementares.

Das Unidades do Verde destacam os Parques e Jardins, como Jardim de Alah, Parque de Garota de Ipanema, ou o próprio Parque Laje pontes entre a natureza e a cultura. Também os calçadões, largos e passos de pedestres, como Largo da Memória, ou os calçadões de Arpoador, Ipanema, Leblon que constroem a orla marítima. Praças e entornos inventariadas e identificadas pela prefeitura como Antero de Quintal, Atahualpa, Baden Powell, Jacaranda, Ministro Romeiro Neto, etc...

2.2. Sistemas Territoriais Naturais.

Igualmente que no caso anterior, dividiremos entre aqueles com valores e atributos reconhecidos de grande singularidade e relevância, e que constroem o patrimônio natural, e aqueles de carácter complementar como os corredores ecológicos, as masas florestais, ou a hidrografia e as masas d'água, ou as áreas de risco, que nos servem para apoiar o ordenamento e a gestão dos elementos natural ou do meio ambiente.

Os sistemas naturais incluem os que tem interesse ecológico, ambiental o natural, mas também os sistemas paisagísticos, marcos paisagísticos de interesse ecológico e ambiental os relevos destacados e os próprios maciços da Tijuca e da Pedra Branca ou o domínio de inselbergs da baixada de Copacabana até Leme.

2.2.1. Sistemas Territoriais do Patrimônio Natural.

Os sistemas territoriais patrimoniais naturais estão constituídos por grupos de elementos da paisagem que ocorrem naturalmente é donde a intervenção humana tem sido nula ou muito baixa, mas que justificam por seus valores e atributos os bens neles contidos, na sua génese, e especialmente na sua gestão posterior. Eles são divididos em SP ambientais tais como corredores ecológicos, sistemas florestais de relevante valor, como ecossistemas destacados e de interesse cultural (Ab'Sáber & Marigo, 2009), e outros sistemas complementares como as áreas de riscos, as

masas florestais, ou habitats valiosos integrando assim as políticas tradicionalmente diferenciadas (Hoyuela Jayo J. A., 2014 c).

A base dos corredores ecológicos, por exemplo, são as águas, a través dos rios, das matas ciliares e de seus sistemas de retenção, regulação ou depósito das águas. Também serão integrados os parques, as áreas verdes (pomares, vegetação gramíneo-lenhosa) e áreas desportivas livres, as vias arborizadas e as áreas de preservação, as formações pioneiras de influência marinha ou fluviomarina (campos salinos, manguezais, brejos, matas paludosas, dunas, massas arbóreas pioneiras, arbustos e herbáceas).

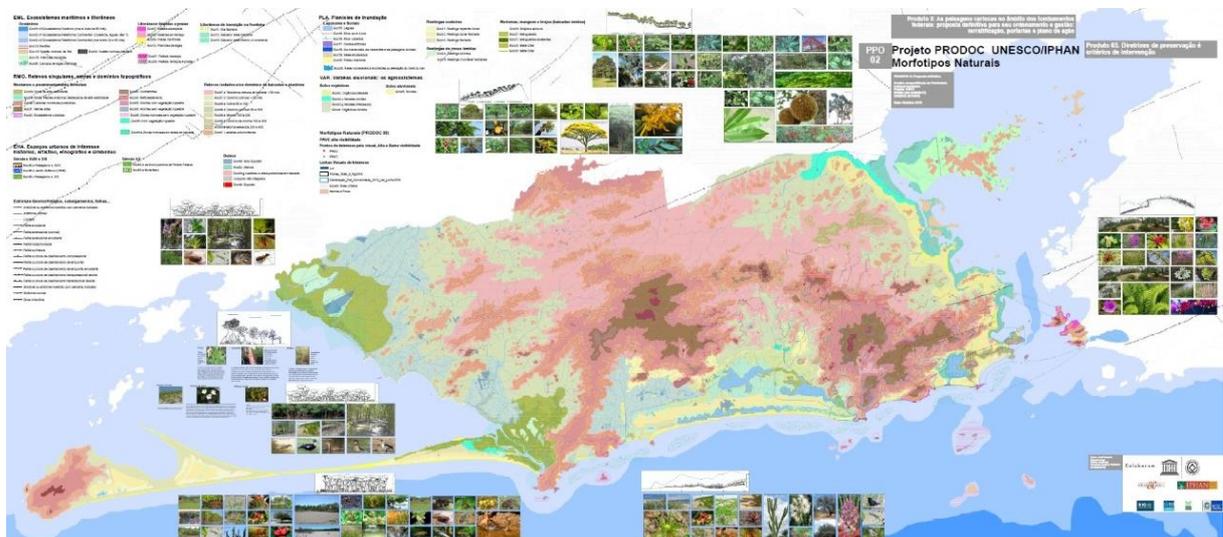


Figura 6. Mapa dos morfotipos naturais de Rio de Janeiro com imagens das principais espécies características de cada uma das áreas classificadas em mais de 50 categorias e uns 30 processos e ecossistemas sobrepostos. Fonte: proposta PRODOC, consultor Antonio Hoyuela.

Pontos de interesse topográfico ou geomorfológico e de interesse visual.

Hoje em dia uma viagem a Lisboa é coisa mais simples do que um passeio ao Corcovado ... A facilidade das viagens ao velho mundo tira-nos a vontade de passear o nosso e é mais comum encontrar um fluminense que nos descreva as montanhas da Suíça do que um outro que nos fale com verdadeiro interesse dos sítios encantadores que enchem de sublime poesia a capital do Brasil. (Macedo J. M., 1863 (ed. 1991))

Para todos os elementos de interesse paisagístico definimos os eixos visualmente interligados e integrados à paisagem conectando elevações, bens de interesse natural e/ou cultural e abrigando marcos arquitetônicos, de interesse ambiental (geomorfológico, natural, ambiental ou até ecológico) que são visíveis desde vários pontos de observação e dos eixos viários que a margeiam refletindo e mostrando

narrativas históricas, culturais, naturais políticas, econômicas, ecológicas e sociais inerentes à evolução da cidade do Rio de Janeiro.

Na identificação desses fragmentos paisagísticos, devem considerar-se as marcas da paisagem dominante e das paisagens residuais que a complementam de modo a garantir a percepção dos valores que representam os elementos ou paisagens de interesse (singulares e valiosos) neles reconhecidos e os diversos momentos históricos, ou narrativas, que nortearam a transformação dessas paisagens (Ab'Sáber, 2007).

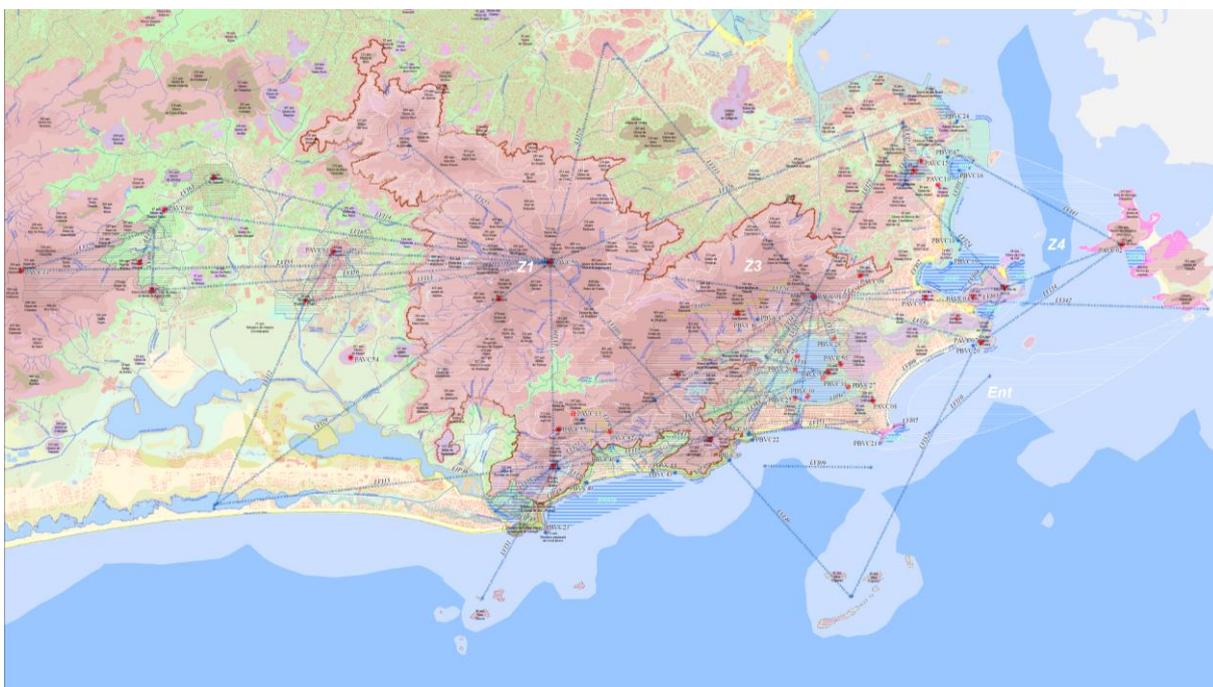


Figura 7. 291 relevos singulares, 58 mirantes, 61 alinhamentos visuais e 16 bacias visuais, constroem o sistema de visadas e relevos singulares (elementos geomorfológicos destacados). Proposta do consultor Antonio Hoyuela para o PRODOC 4018.

Consideram-se de Interesse especial para a definição dessas áreas, donde estão incluídos, como elementos de referência, ou áreas ou paisagens de interesse, e para a análise e a justificativa dos impactos visuais e paisagísticos: os maciços e serras; picos, pedras e morros nas montanhas e maciços; morros, morretes, colinas e tabuleiros das baixadas; e outros elementos do patrimônio natural; árvores, capoeiras e matas valiosasⁱ; rios, cachoeiras, entornos de lagoas, orlas marítimas, lagunas, reservatórios, áreas húmidas, mananciais e nascentes...; e outras paisagens de interesse: manguesais, apicuns, ou caminhos e vias de interesse paisagístico.

E finalmente estão incluídos como pontos de interesse igualmente os bens tombados, nas três escalas., os bens preservados (deferidos das APAC vigentes e aprovadas), as edificações que alteram o perfil médio da região por estarem fora dos limites definidos nas portarias, as áreas de interesse turístico e as áreas protegidas por legislação específica.

O sistema de visuais da área de interesse e cobertura do presente Plano de Ação envolve os diferentes tipos de visuais:

Pontos de Alta Visibilidade, como o PAVC01. Corcovado, Morro de Corcovado e Cristo Redentor, miradouro a 720 mts de Altura e 360°, ou o PAVC02. Forte de São Luis, Fortes de São Luis e do Pico dentro do Sistema Barão do Rio Branco, como pontos de muito alta e alta visibilidade, que chegam a 58 nas áreas analisadas no projeto PRODOC. Entre as mais das 61 alinhamentos visuais, destacamos LVI01. Parque de Flamengo, Visuais do Parque de Flamengo até a Marina de Gloria, LVI02. Praia de Botafogo, Visuais do passeio da Praia de Botafogo, ou LVI07. Orla da Lagoa Rodrigo de Freitas, Orla da Lagoa Rodrigo de Freitas e jardins e parques adjacentes. As Bacias Visuais que tinham já sido reconhecidas no processo de declaração destacamos, por exemplo, a BVF1. Baía de Botafogo, Espelho d'agua da Baía de Botafogo, BVF2. Praia de Fora, Espelho d'agua e Praia de Fora, ou BVF8. Morro da Conceição, Entorno do Morro da Conceição.

2.2.2. Sistemas Territoriais Naturais Complementares.

Entre os STN complementares destacam os Corredores Ecológicos, as Massas Florestais, as áreas de risco e as redes hidrográficas. Hoje o projeto da LUOS (2018) continua incorporando e regulando esses espaços de grande valor dentro do projeto de ordenamento dos usos do solo do município de Rio de Janeiro (art. 83).

Todos os rios, entornos de lagoas, e superfícies húmidas tais como os gleisolos ou os solos de entornos de rios, de restinga, orgânicos, ou aluvionais úmidos devem ser protegidos como elementos de baixa qualidade para a urbanização, mas também como áreas de alto interesse ecológico e paisagístico, testemunhas da paisagem original da região e elementos fundamentais da rede ecossistêmica das baixadas.

Massas Florestais (tipologias de ecossistemas):

Os plantios de árvores estão igualmente regulados no projeto da LUOS, no art. 14 a 18, que regulam novas plantações, a restauração de massas florestais e outras providências. A gestão florestal propõe, dentro do projeto PRODOC, cinco âmbitos para a aplicação dos diferentes critérios aqui propostos. Em primeiro lugar as vias e espaços públicos e principais logradouros, as diretrizes serão integradas no Plano Diretor de Arborização Urbana. Em segundo lugar os espaços dentro da rede SNUC, as diretrizes serão integradas nos diferentes Planos de Manejo e Gestão, ou instrumentos afines aprovados. Em terceiro os espaços considerados como Parques Urbanos, dentro da cidade. Em quarto Jardins e áreas verdes privados, e por último as áreas de restauração em entornos ameaçados, áreas de risco, ou áreas donde aconteceram incêndios ou perdas da massa vegetal.

As árvores devem se incorporar na agenda das propostas de pactuação, tanto pelos seus múltiplos valores ecológicos e ambientais, como pela sua capacidade de definir e caracterizar a paisagem de uma forma inequívoca, respeitando a história e respeitando a ecologia do lugar

O Plano de Arborização Urbana é um instrumento importantíssimo para garantir a ambiência nas áreas dos bens, e seus entornos, definidas nos diferentes planos, e que chegam a indicar as árvores e plantas ornamentais a serem retiradas, monitoradas, ou plantadas e que deverão incluir critérios culturais e naturais recolhidos neste documento ou nas diretrizes particulares. Por isso o IPHAN deve participar da gestão e futuras revisões desse plano tão importante para as paisagens cariocas.

Deverá ser garantida a variedade de espécies e biomas representados nos diferentes espaços em função de seu caráter (Ab'Sáber, 1977), e considerando as diretrizes ambientais e paisagísticas, o zoneamento e a disponibilidade de mudas, sem esquecer a importância da presença, mesmo que reduzida, do bioma de caatinga ainda em algumas paisagens como os morros e que devem ser utilizadas como memória da paisagem que já não existe.

Para as áreas montanas serão utilizados os morfotipos naturais e para âmbitos históricos poderão ser utilizados critérios de infraestrutura verde (EEA, European

Environmental Agency, 2011), mas também, critérios urbanísticos patrimoniais como os conteúdos nas APAC ou nos catálogos e inventários que acompanham diversos instrumentos de planejamento.

3. PARA QUE OS SISTEMAS TERRITORIAIS E COMO INTERVIR

Os objetivos dos sistemas territoriais começam por criar Centralidades, baseadas em cada um dos diferentes bens, e entendida como polos dinâmicos de caráter cultural ou natural (ambiental), que permitam referenciar os mesmos a escala de bairro, de cidade e de região, entendidos dentro dos sistemas territoriais correspondentes e da lógica em volta desde a perspectiva do desenvolvimento sustentável.

Rio está organizada em **hierarquias** e deverá planejar o futuro dessas chamadas “centralidades”. A hierarquia é a organização de objetos ou elementos em uma série gradual contribui para ajustar os sistemas territoriais (dotações, serviços, infraestruturas e equipamentos), mas também das unidades de conservação e dos habitats e ecossistemas mais destacados (corredores ecológicos, rede hidrográfica, etc...).

Ao mesmo tempo contribue para desenvolver um duplo significado, tanto material quanto simbólico, através do reforço de elementos componentes de cada um dos sistemas, dotando-os de valores e atributos além de sua consideração individual.

Defender, articular e apoiar as políticas de desenvolvimento sustentável e de Cultura e Patrimônio Cultural nos bens e no seu entorno (áreas de interesse ambiental, natural ou paisagístico, mas também elementos urbanos tombados ou preservados no entorno), propondo novos usos e atividades, e ações de interesse para sua proteção e valorização, como conjuntos e como sistemas interligados e interativos.

Os sistemas territoriais também nos permitem monitorar e disciplinar os usos, as edificações e as atividades no interior do limite do lote, ou área tombada e no seu entorno (cultural, entorno urbano ou natural) para garantir a aplicação dos princípios do Plano Diretor (Portaria, Plano de Ação ou instrumento finalmente escolhido para o desenvolvimento dessas áreas) de forma que os padrões de ocupação que assegurem sua valorização, requalificação e a sua permanência na paisagem

Promover a utilização de imóveis e espaços livres, vazios ou sem uso adequado, e a reestruturação de áreas urbanas, visando transferir usos e atividades dos bens para áreas adjacentes, aumentando a centralidade e criando uma área mais abrangente de intervenção e impacto dos benefícios e valores de cada um dos bens, dos conjuntos, ou de seus sistemas componentes.

3.1. Como intervir nos sistemas territoriais

Os ST devem ser inventariados, analisados, diagnosticados e integrados nos circuitos patrimoniais e culturais previstos e existentes atualmente. Devem ser feitas novas análises para localização e documentação das fazendas, e suas respectivas capelas, no entorno do Jardim Botânico, assim como sua evolução no tempo.

O Circuito do Patrimônio dos Engenhos, Fazendas e Chácaras do Sistema Lagunar de Jacarepaguá deverá ser objeto de um plano integral de preservação e requalificação que identifique as ações de conservação, requalificação e sinalização, e projete os circuitos e corredores verdes necessários para seu conhecimento e valorização dentro da área da portaria, assim como suas conexões com outros sistemas similares complementares no entorno (fazendas do café, chá, e outros cultivos do Maciço da Tijuca, engenhos e fazendas de Jacarepaguá, Sepetiba e Santa Cruz, etc...).

Como proposta de materiais e métodos de intervenção, estamos propondo que os projetos deverão ser elaborados respeitando os valores estéticos, históricos, etnográficos, sociais e culturais de cada monumento, atendendo às recomendações internacionais dadas pelas Cartas Patrimoniais e às seguintes orientações:

- a) Garantir a autenticidade dos materiais implica na manutenção da maior quantidade possível de materiais originais e técnicas construtivas autênticas, de modo a evitar falsificações de caráter artístico e histórico;
- b) Na impossibilidade de manutenção dos materiais originais, deverão ser utilizados outros compatíveis com os existentes em suas características físicas, químicas e mecânicas e aspectos de cor e textura sem, no entanto, serem confundidos entre si, permitindo a legibilidade respeitando o critério da diferenciação;

- c) Adotar o conceito de reversibilidade, com a utilização de materiais e soluções técnicas reversíveis, que possam ser substituídos no futuro e no final de sua vida útil, sem danos ao Bem;
- d) A autenticidade histórica permeia todos os aspectos associados ao Bem, não sendo permitida qualquer intervenção que possa alterar ou falsificar os valores históricos contidos nos materiais, técnicas construtivas, aspectos estéticos e espaciais;
- e) A autenticidade estética corresponde ao respeito às ideias originais que orientaram a concepção inicial do Bem e das alterações introduzidas em todas as épocas, que agregando valores, resultam numa outra ambiência, também reconhecida pelos seus valores estéticos e históricos;
- f) Tão importante quanto a manutenção dos materiais e dos aspectos estéticos do Bem é a garantia da preservação da autenticidade dos processos construtivos e suas peculiaridades, evitando o uso de técnica que seja incompatível e descaracterize o sistema existente;
- g) A preservação da autenticidade do espaço envolvente não implica no entendimento do Bem isoladamente e sim no contexto no qual está inserido, considerando os aspectos natural, histórico e de paisagem;
- h) As propostas relativas ao resgate de determinados aspectos estéticos do Bem devem estar baseadas e fundamentadas em análises e argumentos inquestionáveis sobre a autenticidade do espaço envolvente e dos sistemas territoriais patrimoniais aos que se associe;
- i) É fundamental o conhecimento dos documentos internacionais e dos princípios enunciados nas cartas patrimoniais para a elaboração de projetos de preservação, mas também o conhecimento do contexto patrimonial (sistemas territoriais patrimoniais, e não patrimoniais, aos que pode pertencer), urbanístico e territorial.
- j) É necessário e recomendável consultar os Cadernos Técnicos do Programa Monumenta (colaboração entre Unesco, o IPHAN e o MinC) e as Recomendações para Análise, Conservação e Restauração Estrutural do Patrimônio Arquitetônico de ICOMOS.

3.2. Conclusões.

Entender o patrimônio desde a lógica dos conjuntos, introduzindo a ideia de Sistemas Territoriais Patrimoniais, ajudaria na compreensão dos bens, mas também no seu ordenamento e na sua gestão. Não devemos entender mais os bens de forma isolada, mas sim dentro de conjuntos donde as componentes estejam relacionadas entre si. Assim, os seus valores aumentarão, porque a cada um dos valores reconhecidos para cada bem devemos agregar o valor do sistema, e elementos que isoladamente não têm tanto valor, e no conjunto aumentam e multiplicam até seus significados e suas “feições notáveis”.

Uma razão para a organização hierárquica dos elementos componentes e seus usos, com caráter geral, e dos bens tombados, de forma particular, consiste em pensar a distribuição equitativa e justa de equipamentos e serviços, a conectividade. Para gerar economias de escala essas centralidades e as próprias dotações têm que ser pensadas como sistemas que interatuam com outras áreas da cidade, da região e mesmo a escala nacional e internacional.

Seja para a análise dos elementos componentes e de seus valores, atributos e características, para o diagnóstico e monitoramento dos bens junto a outros similares que compartilham esses parâmetros, seja para sua gestão e preservação, os sistemas territoriais, entendidos como agrupamentos de interesse patrimonial ou complementar, ajudam e contribuem para políticas mais participativas, mais holísticas, sintéticas e sustentáveis.

4. REFERÊNCIAS

- Ab'Sáber, A. N. (1977). Diretrizes para uma política de preservação de reservas naturais do Estado de São Paulo. Em AA.VV., *Geografia e Planejamento*, nº 30 (pp. 7-26). São Paulo: Instituto de Geografia, Universidade de São Paulo, USP.
- Ab'Sáber, A. N. (2003). *Os domínios de natureza no Brasil: potencialidades paisagísticas*. São Paulo: Atelié editorial.
- Ab'Sáber, A. N. (2007). A baía de Guanabara através dos tempos. *Scientific American Brasil*, 88-90.
- Ab'Sáber, A. N., & Marigo, L. C. (2009). *Ecossistemas do Brasil*. São Paulo: Metalivros.
- Álvarez Álvarez, D. (2015). Cult landscape. Corredores culturales en el paisaje. *Paisea. Landscape Architecture Magazine*, nº 30, 102-105.

- De Moura Delphim, C. F. (2004). *Estudo sobre o Patrimônio Natural Brasileiro dentro do IPHAN*. Rio de Janeiro: IPHAN.
- De Moura Delphim, C. F. (2010). A Paisagem (texto apresentado no V Congresso Brasileiro de Paisagismo). *Revista Brasileira de Horticultura Ornamental*, V.16, Nº 1, pags. 31-33.
- EEA, European Environmental Agency. (2011). *Green Infrastructure and Territorial Cohesion. The concept of green infrastructure and its integration into policies using monitoring system*. Bruselas: EEA Technical Report, European Commission, UE.
- Hoyuela Jayo, J. A. (2014 c). Paisagem como lugar versus Planejamento Sustentável. Em *Actas en internet del 3º Coloquio Ibero Americano "Paisagem Cultural, Patrimônio e Projeto"*. Belo Horizonte: UFMG.
- Hoyuela Jayo, J. A. (2015). *Fortificações no Brasil Colonial. Elementos e técnicas constructivas (inédito)*. Belo Horizonte: Trabalho fim de curso da disciplina de Técnicas retrospectivas, UFMG.
- Hoyuela Jayo, J. A. (2018 a). Produto 3: Metodologia de abordagem. As paisagens cariocas e as portarias federais. Em *Projeto PRODOC. Gestão compartilhada do Patrimônio Cultural brasileiro (914BRZ4018). Projeto 1/2017 IPHAN (SA-1949/2017) – UNESCO (573382)*. Rio de Janeiro: UNESCO & IPHAN.
- Mc Harg, I. (2000). *Proyectando con la Naturaleza*. Madrid: Gustavo Gili (traducción de Juan Luis de las Rivas).
- Odum, H. T., Odum, E., Brown, M., LaHart, D., Bersok, C., Sendzimir, J., . . . Meit, N. (1987 (ed. brasileira da UNICAMP)). *Environmental Systems and Public Policy*. Gainesville, Florida: Ecological Economics Program. University of Florida. Fonte: <http://www.unicamp.br/fea/ortega/eco/>
- Santos, M. (1994). *Técnica, espacio y tiempo*. São Paulo: Hucitec.

Notas:

ⁱ Consideram-se também áreas de interesse especial para preservação das matas e capoeiras, as áreas de matas e capoeiras e as que, apesar da ausência circunstancial desses elementos, tenham a sua recuperação justificada em vista do valor paisagístico notável, das declividades acentuadas, dos riscos de erosão e da ocorrência de vazios na continuidade da cobertura vegetal em função da aplicação das normas do presente plano.